

“OS PERIÓDICOS, INTERMEDIÁRIOS OU MEDIADORES  
CULTURAIS E LITERÁRIOS: *THE LUSITANIAN* (1844-1845),  
UM CASO PARADIGMÁTICO”.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva

O estudo dos jogos de influências, de imitações e empréstimos ocupou, desde sempre, uma posição central no âmbito dos Estudos Literários, constituindo um motivo de constante preocupação para os especialistas nestas matérias.

É precisamente isto que nos diz Paul Van Tieghem, no já vetusto e ultrapassado *La Littérature Comparée*<sup>1</sup>, obra publicada em 1931, mas que constitui ainda hoje, dado o seu carácter seminal, uma autêntica “bíblia” para os comparativistas.

Este autor chamava assim a atenção para a universalidade e intemporalidade dos fenómenos de troca e intercâmbio literário, em toda a sua variedade e multiplicidade. Neste domínio específico dos Estudos Comparados Van Tieghem destaca o papel dos chamados intermediários, neles incluindo todo e qualquer factor, indivíduo, colectividade, meio social, local ou publicação que favoreça a difusão num país ou a adopção por um dado universo literário de obras, ideias e formas pertencentes a uma literatura estrangeira. O autor supracitado designa genericamente a análise destes fenómenos como estudos de *mesologia*.

Sabemos, hoje em dia, que este género de trabalhos, nos moldes em que foram advogados por teorizadores e especialistas precursores como Paul Van Tieghem, Fernand Baldensperger ou Paul Hazard, se encontram largamente ultrapassados pelo seu

---

<sup>1</sup> Paris, Librairie Armand Colin, 1931, p. 13.

Veja-se a este propósito a seguinte citação daquela obra:

“L’histoire littéraire telle que nous l’avons décrite a constamment à s’occuper d’influences, d’imitations et d’emprunts.”

carácter eminentemente descritivo e positivista. Contudo, a sua importância não pode ser subestimada, já que se converteram, pelo seu carácter pioneiro, num autêntico embrião de estudos publicados muitas décadas mais tarde e que hoje se enquadram noutros ramos específicos da Literatura Comparada, nomeadamente os estudos de fortuna literária e de estética ou sociologia da recepção. A pertinência deste género de trabalhos (que persistem sistematicamente em ser realizados) é largamente confirmada em todos os manuais mais recentes do domínio comparativista e por figuras tão destacadas e conhecidas quanto François Jost, Claudio Guillén, Daniel-Henri Pageaux, S.S. Praver, Pierre Brunel, Claude Pichois ou André-Michel Rousseau. É justamente às opiniões formuladas por estes três últimos autores em *Qu'est-ce que la Littérature Comparée?* que recorreremos no intuito de corroborar este ponto de vista:

“Première par l'ancienneté, majoritaire par le nombre des publications, l'étude des échanges littéraires internationaux conserve actuellement une place importante. L'initiation des comparatistes doit passer par elle, sous peine de naufrage dans les nuages. Mais les résultats incontestables obtenus en ce domaine ne masqueront pas la complexité mal résolue de quelques problèmes fondamentaux, — se sont également ceux des littératures nationales — enclos ès mots 'fortune', 'succès', 'influence', ou, dans un autre registre, 'originalité' et 'imitation'.

On peut grouper sous le titre d'Échanges littéraires internationaux', d'une part, les véhicules qui transportent de nation à nation des idées et des genres littéraires, des thèmes et des images, des oeuvres intégrales ou fragmentaires; d'autre part, les objets mêmes que les nations échangent entre elles. 'Commerce' se dit aussi bien des 'things of beauty' que des marchandises. Ces transferts sont une distribution qui se situe entre la production (la création littéraire justiciable de la génétique et de l'esthétique) et la consommation (le public actif et passif qu'étudie la sociologie de la littérature). Depuis Paul Van Tieghem, on a donné aux courtiers qui les favorisent le nom d'intermédiaires, — l'écrivain ou le pays producteur ayant reçu le nom d'emetteur, l'écrivain ou le pays consommateur, celui de récepteur.”<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Paris, “Collection U”, Armand Colin, 1983, cap. II, p. 31.

No seio da multiplicidade de intermediários literários e culturais a que fizemos referência, consideramos revestirem-se de particular importância para efeitos do nosso estudo, os periódicos, os tradutores e as traduções, os salões, tertúlias e cenáculos literários, bem como determinadas cidades, localidades ou regiões, que, pelo seu carácter cosmopolita, se transformaram em autênticas placas giratórias, pontos de confluência e difusão de ideias, formas e tendências ou locais de diálogo de culturas (nelas coabitando e coexistindo, por vezes, lado a lado, comunidades de origens muito diversas e por vezes díspares). Citaremos a este propósito o que nos diz Daniel-Henri Pageaux:

“Les centres sont évidemment des villes ou des institutions littéraires, culturelles. D'un côté, des capitales dont le rayonnement cosmopolite est évident [...]; mais ces villes peuvent réserver des surprises (Lisbonne a toujours été plus ouverte aux 'influences européennes' que Madrid); d'autres on joué pendant longtemps le rôle de foyer, de carrefour, de centre d'accueil pour les idées et les hommes (Barcelone, Lyon, ses imprimeries de la Renaissance aux Lumières, centre de diffusion de l'italianisme en France, Marseille 'porte de l'Orient' et plus encore Venise qui revendique la même appellation), ou encore des villes où se côtoient et dialoguent des cultures: Tanger, par exemple, chère à Paul Morland, à Joseph Kessel, à Juan Goytisolo ou à Paul Bowles, ou encore Tolède, métropole médiévale où dialoguèrent les trois religions. D'un autre côté, les innombrables cercles, cénacles, groupes, écoles, cafés, salons, ateliers, librairies, académies, etc.”<sup>3</sup>

Seria obviamente incontável o número de localidades que poderíamos aqui acrescentar e enumerar. Mas entre as muitas cidades que agiram ao longo de séculos como “intermediários” ou “mediadores” culturais e literários convirá, sem dúvida, destacar a cidade do Porto, onde, por razões de ordem comercial e económica, se veio a estabelecer, desde os finais do século XVII, uma numerosa, próspera e influente comunidade britânica. A actividade de exportação e posteriormente de produção de vinhos do Douro viria, desde então, a atrair à capital do Norte, numa

---

<sup>3</sup> *La Littérature générale et comparée*, Paris, “Collection Cursus”, série “Littérature”, Armand Colin Éditeur, 1994, cap. II, p.27.

primeira fase, um número significativo de cidadãos ingleses e posteriormente (sobretudo a partir do final do século XVIII e do século XIX) comerciantes de outras nacionalidades, particularmente holandeses, alemães, dinamarqueses, mas igualmente espanhóis e até americanos. Todos eles viriam a contribuir para conferir à cidade um invulgar dinamismo económico e uma atmosfera fortemente cosmopolita.

Será, no entanto, curioso registar que, de todas as comunidades aí sediadas, apenas a inglesa conservou, até ao século XX, a sua fisionomia e identidade próprias, mantendo a sua autonomia face ao viver português, sempre fiel às suas tradições culturais e criando instituições próprias, algumas das quais viriam a sobreviver até aos nossos dias. Enquanto isto, os cidadãos das restantes nacionalidades, que aí habitavam, acabariam, ao longo dos séculos, por se integrar por completo na sociedade e no quotidiano portugueses.

A imagem tradicional da feitoria britânica do Porto, a que nos habituaram os historiadores e com a qual os próprios cidadãos ingleses aí residentes sempre se conformaram, é de uma comunidade supostamente auto-suficiente, pela sua elevada capacidade de organização e essencialmente voltada para a actividade comercial — em particular para o comércio do Vinho do Porto —, nunca alcançando grande projecção em termos culturais e artísticos.

De todos os autores que se pronunciaram acerca da presença britânica naquela cidade, procurando descrevê-la e caracterizá-la, foi, sem dúvida, Rose Macaulay aquela que mais sabiamente soube retratar o seu quotidiano e captar, através da sua narrativa, os aspectos mais pitorescos e característicos da sua fisionomia:

“The British wine-shippers have dug themselves deeply for generations into Portuguese industry and life. Many Portuguese, and many envious foreigners, say too deeply, and that they have robbed the Portuguese of the greater part of their own wine trade. German and French visitors to Oporto have grumbled at British influence, which has made this patriotic Portuguese city, this cradle of Portuguese liberties (such as they are), with its large and rich British colony, its fine British houses on the heights above the lower town and stretching all the way down the river to Foz, its British shops, club, church, London newspapers, Factory house, cricket ground, wine-lodges, quintas up the Douro and bathing-villas down it, almost ‘une ville anglo-portugaise.’

However this may be, the British shippers have a place in Oporto life which is unlike that of any other foreign colony anywhere, so intimately are they bound up with the history and economy of the place, so known and familiar and yet so detached. Insular by tradition and taste, they consort mainly with one another, and the hierarchy of status within their close society suggests that of an English country town. This genial unconsciously arrogant Britishness, easy, hospitable, lavish, Protestant, assured, descending from generation to generation with the historic continuity of the great port houses, has a not uncharming piquancy, when set in the precipitous ancient capital of northern Portugal, teeming with its native life, against the background of the distant mountainy vineyards up the golden river which provide their so romantic sustenance. They seem, to the onlooker who is not of them, to be poised between poetry and prose, half unconscious of the beauty for which they stand. Their attitude towards their Portuguese neighbours is kindly and friendly rather than intimate; the language of the country is not perfectly acquired by most even of those born in it; pursuits, outlook and amusements are different. The British have always, it seems, gone in for athletics, games and sports, perhaps kept in training by the steepness of the Oporto streets. As to that, the Lisbon British, with streets equally precipitous, ought to be able to rival them; but the Lisbon climate is less bracing, and British Lisbonians have never been able to hold their own against their rivals in the north.”<sup>4</sup>

Reconhecendo plenamente a justeza e a precisão das observações efectuadas por aquela autora, a historiadora Sarah Bradford teceria, a tal propósito, o seguinte comentário na obra *The Story of Port, The Englishman's Wine* (1969), editada 23 anos após a publicação do trabalho de Rose Macaulay:

“Rose Macaulay was right. The British shippers have preserved their national identity, customs and attitudes, their Protestant religion, intact even after two hundred years of close contact with the Catholic Latin Portuguese.

---

<sup>4</sup> *They Went to Portugal*, 2<sup>nd</sup>. ed., Harmondsworth, “Penguin Travel Library”, Penguin Books, 1985 (1<sup>st</sup>. ed., Jonathan Cape, 1946), pp. 248-249.

Other non-Portuguese nationalities in the port trade, the Flemings and the Germans, possibly because they were always a small minority, have become entirely Portuguese. The British have their own church, their own school, their own hospital and their own club, which does admit Portuguese members. British port-shippers reign over the exclusively British precincts of the Factory House. Sons attend British public schools, daughters go to secretarial colleges in London. The sons bring back brides from England, the daughters usually marry and settle there. Anglo-Portuguese marriages are rare though most of the old English Oporto families have Portuguese blood in their veins.

They are a closely-knit community, these British port-shippers, and like most small communities, intricately inter-related. The outsider has to be very careful where he treads in order not to disturb this tight web of relationship. They are good, kind people who on the whole get on extremely well together, with that edgy tolerance of those who know too much about each other. As in other small introverted societies, they have long memories, and old animosities whether professional or personal may be forgiven but never quite forgotten, even when they occurred in their grandfather's time. But they have a strong community spirit, and to preserve the peace, certain subjects are not mentioned in front of certain people, and unwritten laws like the 'no snooping' rule are rigorously adhered to.

They contrive to live a thoroughly English country life in a foreign city; wearing country clothes to work, and keeping English hours. They are proud of their gardens, their roses and their camelias; their houses are furnished like English country houses. Sport is important in their lives: cricket, tennis, hockey, and above all shooting. They do not, with certain exceptions, mix much with the Portuguese, except on official and business occasions. The Portuguese shippers patronise the Clube Portuense, a handsome club, famous for the quality and quantity of its food, the English community the new British Club, while the British shippers of course lunch weekly at the Factory House.”<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> New and revised edition, London, Christie's Wine Publications, 1983 (1<sup>st</sup> ed., Macmillan and Co. Ltd., 1969), cap. XII, pp. 135-136.

É contudo indesmentível que a coexistência secular, num mesmo espaço geográfico e numa mesma localidade, de portugueses e ingleses transformaria a cidade num local cosmopolita, num ponto de confluência de culturas e num autêntico intermédio cultural e, embora de forma bastante menos acentuada, literário.

Como se sabe, a presença inglesa viria, desde os finais do século XVIII e ao longo de todo o século passado, a determinar uma viragem decisiva nas tendências arquitectónicas daquela localidade. Assim, o Porto viria, neste âmbito, a ser largamente contaminado pelo gosto inglês, dando origem a um estilo designado pelos especialistas em História da Arte como arquitectura do *port-wine*, tendência patenteada por importantes construções, como o Hospital de Santo António, projectado pelo arquitecto britânico John Carr, o edifício da Feitoria Inglesa, da autoria de John Whitehead, e o próprio Palácio da Bolsa, de inspiração neopaladiana.

Por outro lado, muito embora sejam raras as marcas deixadas pela colónia inglesa no tecido social portuense, é bem sabido que o desenvolvimento da vida associativa daquela cidade, concretizada na criação de clubes e agremiações, ponto de encontro das elites locais, muito ficou a dever à influência da comunidade britânica, bem conhecida pelo seu espírito gregário, que a conduziria à criação de locais de convívio social tão conhecidos quanto a Feitoria Inglesa (actual British Association) e, mais tardiamente, o British Oporto Club.

Embora escassa, a influência britânica não deixaria igualmente de se fazer sentir nas letras portuenses, sobretudo ao longo do período Romântico. A presença inglesa terá contribuído, sem dúvida, para fazer crescer o interesse dos intelectuais daquela cidade pela Grã-Bretanha, que se traduziria na publicação de determinado número de periódicos literários e científico-literários, de inegável importância, que se dedicariam em parte à divulgação de aspectos específicos da cultura daquele país junto dos leitores portuenses, nomeadamente através do lançamento de revistas tão influentes quanto o foram *Repositório Literário* (1834-1835), *Revista Estrangeira* (1837-1838) e *Revista Literária* (1838-1844).

Mas o exemplo mais concreto daquilo que acabaria por ser a interpenetração e o diálogo entre a comunidade britânica e a sociedade portuense foi, sem dúvida, Júlio Dinis, cuja obra novelística reflecte, aos mais variados níveis, uma forte influência literária inglesa.

Filho de um médico português mas de ascendência materna inglesa e irlandesa, o autor aprendera inglês durante a juventude com um professor portuense com quem aperfeiçoou os conhecimentos que possuía desde a infância de uma língua falada em casa pela mãe, filha de um cidadão britânico empregado numa casa exportadora de vinhos.

Por outro lado, a par de um franco domínio daquele idioma, é sabido que Júlio Dinis recebera uma sólida formação literária inglesa, tendo traduzido, ainda muito jovem, Milton e Shakespeare. Para além destes dois clássicos é sabido que o autor leu e sofre forte influência de numerosos escritores britânicos dos séculos XVIII e XIX, com particular destaque para os romancistas. Poderemos a este título destacar, entre os augustanos e neoclássicos, Alexander Pope, Thomas Gray, Oliver Goldsmith, Laurence Sterne e Henry Fielding; românticos como Walter Scott, Jane Austen e Lord Byron e finalmente autores vitorianos tão destacados quanto Charles Dickens, George Eliot, William Thackeray, Matthew Arnold e William Morris.

A este propósito dirá Luís Francisco Rebelo, num artigo publicado no *Dicionário de Literatura Portuguesa* de Jacinto do Prado Coelho:

“Os manuais de literatura costumam apontar Júlio Dinis como o continuador do género e o fundador do romance moderno. Júlio Dinis, que, por laços de sangue e pela formação mental, é um dos escritores portugueses mais britanizados, estudou atentamente a técnica, o plano de composição, a seriação dos episódios e a caracterização das personagens no romance inglês. É ele o primeiro a introduzir no nosso romance, num sábio documento de pormenores, a noção do tempo-atmosfera. N’*Uma Família Inglesa* nota-se uma ironia urbana ao modo de Jane Austen, a sátira a certos convencionalismos de casta regrada pelo tom de Thackeray, e a cor e o clima das histórias de Henry Fielding, que aliás penetram, em circunstâncias diversas toda a obra de Júlio Dinis.”<sup>6</sup>

O romance *Uma Família Inglesa* (1868), largamente inspirado em memórias autobiográficas e num conhecimento intrínseco do quotidiano da burguesia comerciante inglesa, no seio da qual

---

<sup>6</sup> “Influência Inglesa na Literatura Portuguesa”, *op. cit.*, 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1983, 2º vol. (F/M), p. 486.

havia nascido, constituirá o quadro mais completo e perfeito da vida dos expatriados britânicos no Porto, em meados do século XIX, naquela que foi considerada a “idade de ouro” do comércio do Vinho do Porto e constituiu, a vários níveis, o período de maior harmonia e proximidade nas relações daquela comunidade estrangeira com os portuenses.

A imagem que Júlio Dinis projecta da colónia inglesa sediada naquela cidade reflecte uma postura fortemente anglófila, traduzida em sentimentos de manifesta admiração por uma burguesia britânica, culta e empreendedora, cuja suposta superioridade é notoriamente defendida pelo autor, ao demonstrar a eficácia social e económica do conjunto de valores ideológicos, éticos e comportamentais nos quais assentava o seu *modus vivendi*.

Meticulosamente descrita nos seus mais variados aspectos e segundo diferentes perspectivas (quer através de um retrato extraordinariamente diversificado das personagens inglesas, observadas no seu quotidiano, nos espaços que habitam e onde se movem, quer de uma reflexão sobre a própria visão britânica do mundo), esta modelar comunidade estrangeira (cujo carácter e *savoir-vivre* exercem um profundo fascínio no autor, que a descreve de forma fortemente idealizada) mantém com a população portuense uma relação profundamente harmónica, revelando-se, apesar da sua alegada superioridade moral, rática e cultural, capaz de superar eventuais contradições e de anular as inevitáveis desigualdades que pesavam em desfavor dos portugueses.

A concepção burguesa e liberal da existência tão característica de Júlio Dinis irá conduzi-lo a uma tentativa de harmonização de opostos, patenteada no esforço de conciliação de diferentes classes sociais e de superação do profundo fosso que separava as duas comunidades supracitadas, em termos culturais, comportamentais e sobretudo económicos.

Os vários membros da família Whitestone (*Mr. Richard*, Carlos e Jenny) constituem a este título casos paradigmáticos, mostrando-se capazes de vencer e ultrapassar barreiras aparentemente intransponíveis, como as diferenças culturais, sociais e religiosas, que, à partida, tornariam um relacionamento harmonioso com as personagens portuguesas praticamente impossível.

No intuito de ilustrarmos o nosso ponto de vista passaremos de imediato a citar um trecho deste romance que nos parece reflectir de forma quase perfeita esta visão profundamente idealista das relações anglo-lusas, no contexto da vida portuense em meados do século passado. Trata-se da passagem em que Júlio Dinis habilmente descreve e analisa a “fisiologia” da Praça ou

Rua Nova dos Ingleses, e a febril actividade que aí decorre e na qual obviamente participa Carlos Whitestone.

“Havia grande actividade na larga rua chamada dos Ingleses, à hora a que o filho de Mr. Whitestone ali chegou. A vida comercial estava então no seu auge; numerosos grupos ocupavam os passeios, o centro da rua e os portais das velhas casas, que de um e de outro lado a limitam. Presta-se a curioso estudo o aspecto da Praça em ocasião assim. [...]

Acrescente-se agora a progénie ociosa dos grandes capitalistas — comerciantes honorários, cuja vida comercial se reduz como a de Carlos, a passear na Praça até às quatro horas da tarde; o brasileiro retirado, distraíndo-se a presenciar, como espectador, o labutar do negócio [...]; acrescente-se ainda o empregado da alfândega, fumando o cigarro, nas frequentes entreabertas do descanso de suas laboriosas manhãs [...]; os moços de escritório encostados às ombreiras das portas [...]; isto tudo composto de ingleses ruivos, de alemães loiros, de brasileiros escuros, de portugueses de todas as cores, e ter-se-á imaginado o aspecto da Praça comercial do Porto, à hora em que Carlos Whitestone a atravessou.

Carlos passava pelos diferentes grupos ali reunidos, como por entre gente, que toda lhe era igualmente familiar. [...]

Enfiava o braço no de um dos mais sisudos comerciantes, a quem tratava pelo nome de baptismo; de repente, deixava-o, para acender o charuto no cigarro de um segundo caixeiro de escritório [...] e ali mesmo pactuava com este qualquer partida de caça. Aproximava-se do grupo de capitalistas e barões, que discutiam acaloradamente o relatório de uma companhia, e cedo, com as suas reflexões e comentários, fazia degenerar a conversa para assunto mais frívolo e trivial; abandonava-os, e ia abraçar alguns rapazes, tão laboriosos como ele, que falavam dos bailes da véspera ou abriam a boca de enfadados; dali dirigia-se a cumprimentar um inglês esgalgado [...]; tolhia a passagem ao despachante que atravessava a correr a Praça e [...] conseguia fazê-lo parar a escutá-lo; chamava pelo nome o galego da esquina, para que lhe viesse sacudir a lama das botas, e, durante esta operação, divertia-se a bater-lhe com o chicote na

copa do chapéu. Às vezes ouvia com aparente atenção um homem, que lhe vinha falar de certo negócio pendente do escritório Whitestone, mas, se a exposição se demorava, o seu interlocutor, quando menos o esperasse, achava-se só, porque Carlos fora, sem cerimónia, conversar com o guarda-livros, seu amigo, que avistara na janela de um primeiro andar. Tão depressa entrava em diálogo com o mendigo que lhe pedia esmola, como com qualquer rapariga, cujas graças o atraíssem.”<sup>7</sup>

A visão simultaneamente irónica, mas, sobretudo, optimista e bastante idealizada, do convívio cordial e cosmopolita entre os membros da comunidade britânica (representados pela personagem Carlos) e a restante população portuense, aqui transmitida pela pena dinisiana, parece, até certo ponto, carecer de real fundamento, sendo amplamente contrariada pelas fontes históricas por nós consultadas. De facto, não obstante habitarem um mesmo espaço geográfico, ingleses e portugueses procediam na prática como se habitassem nações diferentes.

Porém, muito embora os cidadãos britânicos residentes no Porto se colocassem em larga medida à margem do viver portuense e se conduzissem no seu quotidiano praticamente como o faziam na metrópole, as relações entre as duas comunidades foram, à excepção de alguns breves períodos, genericamente marcadas pelo respeito mútuo e pela cordialidade.

Os dois momentos de maior tensão no relacionamento entre ingleses e portuenses coincidem historicamente com a crise vinícola de 1755-1757, em pleno período pombalino, mas, especialmente, com as últimas décadas do século XIX, marcadas por uma agudização da pressão imperialista britânica na África Austral, que conduziria, em última instância, ao Mapa Cor-de-Rosa e ao Ultimatum, e que naturalmente correspondem à fase mais crítica na história das relações anglo-lusas<sup>8</sup>.

Como se sabe, a partir sobretudo da década de 70 assistir-se-ia a uma corrida desenfreada das grandes potências europeias pelo domínio do Continente Negro (genericamente designada pela historiografia anglo-saxónica como *scramble for Africa*), política expansionista que seria gradualmente levada a cabo sobre as

---

<sup>7</sup> *Op. cit.*, nova edição, conforme a terceira actualizada na grafia, Porto, Livraria Civilização, 1971, cap. VIII, pp. 74, 77-78.

<sup>8</sup> V. Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração, O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, Lisboa, “Cosmos Literatura”, nº 13, Edições Cosmos, 1996.

ruínas do nosso enfraquecido Império Africano, sucessivamente amputado e mutilado por ingleses, franceses e alemães.

A colónia inglesa do Porto segue a este respeito as tendências gerais da sociedade do seu tempo, acabando por se transformar numa espécie de guarda-avançada dos interesses britânicos no ocidente peninsular. Passam então rapidamente a abandonar a postura de relativa cordialidade face aos portuenses e fundamentalmente à grande burguesia mercantil e capitalista da cidade, bem como aos sectores mais ilustrados e progressistas da aristocracia, adoptando a atitude distanciada e arrogante do colonizador face ao povo colonizado. Portugal é, deste modo, crescentemente encarado pelos ingleses como uma espécie de protectorado, submetido à tutela semi-colonial britânica, e não mais como um país aliado. Tratava-se agora, na sua óptica, de uma peça essencial no xadrez geoestratégico e económico da grande potência do tempo.

Esta postura dos expatriados ingleses, no período finissecular, reflecte-se em todos os aspectos da sua vida quotidiana, passando, cada vez mais, a isolar-se e a viver à margem da sociedade portuense, evitando qualquer tipo de relação mais íntima com famílias portuguesas e sobretudo os casamentos. Movimentam-se entre os armazéns de Gaia, os escritórios da Rua Nova dos Ingleses e o Palácio da Bolsa, dispendem largas temporadas nas suas enormes quintas e solares do Douro, almoçam na sua exclusivíssima Associação Britânica, habitando belas casas de traça georgiana no Bairro Ocidental da cidade, longe dos esquálidos bairros operários das zonas central e oriental do Porto.

É por demais sabido que a política colonial britânica geraria reacções do mais genuíno e profundo repúdio entre os intelectuais portugueses do final de Oitocentos. Face à pressão imperialista inglesa, que, para além de constituir uma ameaça aos interesses portugueses na África Austral, colocava em risco a própria independência nacional, algumas das mais destacadas figuras da Geração de 70 irão adoptar uma postura fortemente anglófoba. Neste preciso respeito um dos casos paradigmáticos é, sem dúvida, Ramalho Ortigão, nascido (tal como Júlio Dinis) no Porto, no seio de uma abastada família de origem rural, facto que “haveria sempre de marcar tanto o seu aspecto físico como a sua estrutura moral e que caracterizaria inclusivamente o próprio estilo da sua obra.”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> “ORTIGÃO, José Duarte Ramalho”, in Eugénio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Vol. II, Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura, Publicações Europa-América, 1990, p. 193.

No contexto da sua carreira literária merece, a este título, particular destaque a obra *John Bull* (1887), narrativa de viagens em que o autor registaria as impressões colhidas no contacto directo com a realidade britânica, denunciando, por vezes num tom mordaz e virulento, o imperialismo inglês. A passagem do capítulo preambular deste ensaio (intitulado “A *Sir John Bull* em Sua Ilha”) em que Ramalho Ortigão elabora, sob a forma epistolar e num registo satírico, um retrato do comerciante de vinhos inglês na sua visita à região do Douro, em época de colheitas, afigura-se-nos, a este título, exemplar, já que nos parece constituir uma das mais conseguidas metáforas da dominação inglesa em Portugal e uma viva e genuína demonstração da natureza eminentemente colonialista da política adoptada pela Grã-Bretanha em relação ao seu mais antigo aliado:

“Na região vinhateira do Douro as tuas atitudes são tão largamente senhoriais, tão convictamente dominativas que eu sempre cuidei, em pequeno, que eras tu o dono de toda aquela coisa desde os Padrões da Teixeira até Cima-Corgo!

No tempo da uva madura [...] o jantar ou o almoço das famílias é frequentemente interrompido pelo *fac-totum* que te precede [...], e vem berrar de chapéu na cabeça à porta da casa de jantar:

— O Inglês! O Inglês! aí está o Inglês! O Sr. John!

O lavrador ergue-se então dum pulo, limpa os beiços à pressa, sacode as migalhas do colete, e voa ao teu encontro, sabendo que te desgostaria fazendo-te esperar.

O teu grande ar majestático durante essas entrevistas é coisa que jamais esquecerei.

Vestido de pantalonas de equitação forradas de camurça, abotoadas à perna desde o tornozelo até ao joelho, de esporas calçadas, chapéu sobre o olho, as pernas abertas como um A no meio da vinha, chicoteando as cepas, comesças desdenhosamente o teu inquérito, cuspidinho para o horizonte as cascas dos bagos que te dignas provar: [...]

E tomas as tuas notas numa carteira. Depois do que prossegues a tua excursão de quinta em quinta, despedindo-te do lavrador com um breve gesto acenado com a ponta da luva ou com o cabo do chicote. [...]

Quando mais tarde vim a saber que não eras no Douro senão um simples comprador de vinho a prazo,

que do cumprimento da transacção não davas outra garantia além dum *shake-hands* trocado com o vendedor e duma garatuja traçada a lápis no teu caderno de algibeira [...]; e que é por este simples processo que negocias no Douro os vinhos que vendes no estrangeiro, antes de os haver pago ao produtor, sob os nomes de *London legítimo*, de *London especial* e de *London superfino*, achei-te sublime e comecei a venerar-te.

Porque, enfim [...], esse mísero proprietário do Douro que, tu, John, tão lucrativamente exploras e tratas com o mesmo desprezo com que se trata um cão, é um ser de casta incomparavelmente mais fina, mais bela, mais inteligente e mais nobre do que a tua.

Ele é um português.”<sup>10</sup>

O carácter majestático, arrogante e dominador do comerciante inglês, descrito pela pena de Ortigão, que recorda pela sua postura a figura do colonizador em território conquistado e submetido à *pax britannica*, contrasta em absoluto com esse verdadeiro baluarte de virtudes burguesas encarnado por Mr. Richard Whitestone, em *Uma Família Inglesa*. A este propósito será forçoso recordar que, em pleno Romantismo, o comerciante de vinhos britânico se transformava ainda, não obstante o seu carácter austero e por vezes rude, em objecto da mais profunda admiração, sendo amplamente venerado como ser honrado, conciliador, ordeiro, tenaz, perseverante e empreendedor; e finalmente qualificado como autêntica personificação do típico John Bull:

“Verdadeiro inglês da velha Inglaterra, sincero, franco, às vezes rude, mas nunca mesquinho e vil, podia tomar-se por uma vigorosa personificação do típico John Bull.”<sup>11</sup>

Vemos, contudo, como, cerca de três décadas mais tarde, este mesmo “John Bull” deixa de ser identificado com determinado conjunto de virtudes, vindo paradoxalmente a transformar-se em símbolo de exploração e opressão<sup>12</sup>. Sabendo-se que Ramalho

---

<sup>10</sup> *Op. cit.*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943, pp. 10-13.

<sup>11</sup> Júlio Dinis, *op. cit.*, cap. I, p. 7.

<sup>12</sup> Atente-se na forma assás curiosa como Ramalho Ortigão conclui o trecho epistolar da obra *John Bull* (v. p. 32):

“Teu amigo, aliado e freguês constantemente explorado e sempre agradecido R. O.”

Ortigão foi um dos mais ferozes detractores do estilo dinisiano e da sua perspectiva excessivamente cândida e quimérica da sociedade portuguesa e da vida portuense em meados de Oitocentos, julgamos provável que a passagem supracitada de *John Bull* tenha sido deliberadamente elaborada e construída como uma mordaz paródia à visão idealista e anglófila que Júlio Dinis nos transmite através do seu romance. O evidente paralelismo, que transparece de um confronto algo sumário entre alguns trechos de ambas as narrativas, parece indiciar que a intenção de Ramalho Ortigão terá sido subverter por completo a imagem da colónia inglesa do Porto criada pelo primeiro através do registo parodístico ou, se quisermos, de algo que se aproxima de uma “imitação burlesca”. Veja-se, a título de exemplo, a passagem de *John Bull* em que se descrevem o perfil e a conduta do comerciante inglês em plena Rua Nova dos Ingleses e a forma como este se relaciona com os negociantes do Porto e que obviamente constitui a mais perfeita antítese do retrato efectuado do mesmo local em *Uma Família Inglesa*:

“Muito antes que meus olhos tivessem tido o prazer inefável de te contemplar no próprio seio da tua pátria, já eu te conhecia, desde a minha infância, da Rua Nova dos Ingleses no Porto e das quintas vinhateiras de alguns dos meus amigos de cima do Douro.

Desse tempo remoto data o princípio do meu respeito e da minha admiração por ti.

Porque nunca do alto da vetusta torre dos Clérigos, num raio de três léguas em redondo se descobriu outro como tu para chegar ali assim à esquina das Congostas, agarrar o capital portuense por um botão da sobrecasaca, chamá-lo aparte, dizer-lhe uma palavra ao ouvido, emborcar-lhe nas fauces meia *pale-ale*, aplicar-lhe sobre a boca do estômago uma palmada de patrocinadora familiaridade, e raspar-se para casa com o seu arranjo feito [...].

De sua natureza desconfiadíssimo, o negociante do Porto não deixa penetrar quem quer no santuário da sua confiança mercantil. O seu compatriota que *charuta* na praça, que usa o bigode torcido, que põe gravatas garridas, que é *tipo de chicotinho e cavalicoque*, infunde-lhe tenebrosas suspeitas e apreensões trágicas. [...]

Contigo, nem a mínima sombra de um receio! Apresentas-te a esses homens austeros e taciturnos vestido

como um *jockey* em viagem, de chapéu de côco alvadio, rabona cor de mostarda, gravata vermelha ou azul Cambridge passada por um anel de ouro polido, cachimbo nos dentes, stick debaixo do braço, monóculo no olho. Dizes-lhe: — *Aoh! Vossemecê!...all right!* E em presença duma tão respeitosa cultura de linguagem, o burguês indígena da tua Rua Nova rende-se-te incondicionalmente com armas e bagagens para toda a espécie de negócio, e ele mesmo folga de repetir como tu, numa bonomia imensa: — *Aoh!... yes... all right!... [...]*

Toda a transacção feita sobre tais bases é a mais segura e mais firme transacção do mundo para o homem do canto da praça do Porto. Ele não sabe ao certo se tu vens de Southampton, se vens de Liverpool ou se vens de Manchester, nem se tens de teu mais alguma coisa do que o teu cachimbo, o teu *stick* e a tua égua derrabada.

Para seu inviolável e perenal sossego basta-lhe que tu sejas o Inglês... o Inglês do Candal, ou o inglês de Matosinhos... John, enfim! O grande John, o forte John, o inteiriço e desdenhoso John, da veneranda firma John and John!"<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> *Ibidem.*, pp. 7-10.

O confronto desta passagem preambular do texto com a apresentação de Richard Whitestone, efectuada logo nas três primeiras páginas do 1.º capítulo de *Uma Família Inglesa* (intitulado "Espécie de prólogo, em que se faz uma apresentação ao leitor"), permite fundamentar mais solidamente a hipótese por nós aventada da intenção eminentemente parodística de alguns trechos da obra de Ramalho Ortigão, que parecem nitidamente constituir autêntica imitação burlesca do discurso dinisiano.

Não obstante correremos o risco de nos alongarmos excessivamente na exposição deste ponto de vista, parece-nos, todavia, pertinente transcrever a passagem supracitada do romance de Júlio Dinis, permitindo ao leitor avaliar a validade desta proposta de leitura:

"Entre os súbditos da rainha Vitória, residentes no Porto, ao principiar a segunda metade do século XIX, nenhum havia mais benquisto e mais obsequiado, e poucos se apontavam como mais fleumáticos e genuinamente ingleses, do que Mr. Richard Whitestone.

Por tal nome era em toda a cidade conhecido um abastado negociante de fino tacto comercial e génio empreendedor, cujo crédito nas primeiras praças da Europa e da América, e com especialidade nos vastos empórios da Grã-Bretanha, se firmava em bases de uma solidez superabundantemente provada. [...]

Através das nuvens negras, que tantas vezes assombrom o mundo monetário, vira-se sempre brilhar a firma do honrado Mr. Richard, com o esplendor tradicional; enquanto que não sorriam fados tão propícios às de muitos meticulosos e precatados, não obstante egoístas abstenções. [...]

O quotidiano aparecimento do negociante estrangeiro na Praça — nome que entre nós se dá ainda à Rua dos Ingleses, principal centro de transacções do alto comércio portuense — festejavam-no benevolentes sorrisos, rasgadas e pressurosas reverências, frases de insinuantes amabilidades e afectuosos *shake-*

Não sendo nosso objectivo efectuar uma exaustiva análise contrastiva dos dois textos supracitados, que nos serviram momentaneamente como forma de ilustrar alguns dos nossos pontos de vista, deixaremos de parte quaisquer outras considerações acerca dos mesmos, para regressarmos de imediato ao domínio da contextualização histórica e cultural.

Resta-nos, deste modo, acrescentar que o período compreendido entre as Guerras Napoleónicas e a década de 70 do século passado constitui curiosamente uma fase de forte aproximação entre as duas comunidades, que, por razões de ordem estratégica e uma coincidência de interesses económicos e políticos, se irão, até certo ponto, unir. Momentos de profunda crise, como as Invasões Francesas ou o Cerco do Porto e a ameaça miguelista às liberdades constitucionais, constituíram um natural factor de união entre ingleses e portuenses. Esta tendência virá a reforçar-se a partir da vitória liberal de 1834 e sobretudo com a Regeneração, quando a prosperidade económica do Porto, resultante da criação de infraestruturas e da política de obras públicas cabralista e fontista, bem como do surto manufactureiro e industrial então registado, irá mudar gradualmente a face da cidade. Desta fase de progresso económico e de franco optimismo, marcada por um crescimento em influência e riqueza da burguesia portuense, irão beneficiar quer ingleses quer portugueses, que obviamente partilhavam, em boa medida, os mesmos interesses comerciais e económicos. Tal factor irá obviamente explicar a intensificação e aprofundamento dos contactos entre ambas as comunidades, traduzidas numa crescente convivialidade e, em alguns casos pontuais, numa relativa permeabilidade de sectores minoritários da população britânica à influência portuguesa, que resultariam por vezes em processos de miscigenação. O ponto culminante nesta fase das relações entre portugueses e ingleses coincide temporalmente com a realização da primeira Exposição Industrial da Cidade, inaugurada em 1861 no Palácio da Bolsa, e a construção do Palácio de Cristal, projectado pelo arquitecto inglês Thomas Dillen Jones e concluído no ano de 1865.

É precisamente neste contexto histórico, mais precisamente no período compreendido entre 1834 e 1865, que nos surgem,

---

*-hands*, segundo o mais ou menos adiantado grau de familiaridade, que cada qual mantinha com ele.

Ninguém se dispensava de qualquer destas demonstrações de estima, ou as impusesse o prestígio dos avultados capitais e da social liberalidade do comerciante britânico, ou [...] um longo passado sem mancha, uma rectidão e cavalheirismo, aquilatados todos os dias." (cap. I, pp. 5-6).

entre os membros da feitoria britânica, algumas figuras cujo carácter excepcional as conduziria a manifestar um interesse muito particular por Portugal e pela nossa cultura, tendo estabelecido relações de amizade com portuenses de todos os extractos sociais e não apenas com as elites locais. Entre outros destacaremos, pela sua importância e projecção, Joseph James Forrester, ensaísta e cartógrafo, célebre pelos trabalhos que produziu no domínio da vinicultura e do comércio vinícola e pelo combate que empreendeu em prol da defesa da qualidade dos vinhos do Douro, e, a par deste, Frederick William Flower, fotógrafo e pioneiro da fotografia, William Henry Giles Kingston, prolífico autor de romances para jovens da Época Vitoriana (e justamente considerado um “mestre” naquele género por especialistas em literatura infantil e juvenil) e de numerosos relatos de viagem, bem como outros dois membros de influentes famílias de produtores e comerciantes de Vinho do Porto — William Richard Harris e John Thomas Quillinan.

Estas duas últimas personalidades constituiriam juntamente com Kingston o núcleo central de uma pequena tertúlia, na qual poderão eventualmente ter participado outras figuras, que, todavia, desconhecemos, e que foi responsável pelo lançamento de um periódico em língua inglesa, intitulado *The Lusitanian*, publicado no Porto de Outubro de 1844 a Julho de 1845, cujo objectivo primordial era servir de veículo de divulgação de Portugal e da sua cultura junto da comunidade britânica da cidade, meio relativamente fechado e, por tradição, pouco permeável a influências culturais exógenas. Deste modo, procurava-se vencer a barreira da ignorância e do preconceito, corrigindo as imagens falsas geradas entre os ingleses sobre Portugal e aspirando, em última instância, a uma aproximação entre cidadãos britânicos e portugueses.

A estratégia de desmistificação habilmente escolhida por este pequeno grupo de literatos foi a difusão dos valores culturais, artísticos e humanos portugueses, exemplos que permitiriam aos leitores britânicos concluir que Portugal era um país vivo e em evolução.

Os responsáveis editoriais da revista, que supomos tenham sido ingleses, não pretenderam, porém, circunscrever o seu público aos seus compatriotas. Kingston, Harris e J. T. Quillinan desejavam, afinal, torná-la acessível e interessante à camada culta da população portuense, com a qual mantinham um estreito intercâmbio económico e comercial.

Não pretendiam, por outro lado, restringir o âmbito temático da revista a assuntos portugueses, mas promover a publicação

de todo o género de informação útil que colhessem, demonstrando total abertura a contribuições quer britânicas, quer portuguesas. Todas seriam, em princípio, bem acolhidas, conquanto se acomodassem aos princípios e requisitos definidos à partida pelos editores, que submetiam todos os artigos a uma análise prévia, no sentido de avaliar a sua qualidade. Os textos recebidos em português ou em inglês deficiente eram traduzidos ou corrigidos, respeitando, tanto quanto possível, o espírito dos originais.

Sempre que o desejassem, os autores tinham o direito de manter o anonimato; e, de facto, a maioria recorreu ao uso de iniciais, factor que impediu durante largo tempo a identificação da autoria de uma parte significativa dos artigos.

Com uma periodicidade mensal, dele saíram apenas seis números, que constituem aproximadamente um volume de 500 páginas. Na verdade, o elevado preço desta publicação periódica, em confronto com o das suas congéneres portuguesas da década de 40, poderá em boa parte justificar a sua restrita circulação e o seu percurso notoriamente efémero. Embora desconheçamos os números relativos a tiragens e a assinantes, estamos certos de que, em cada edição, não terão saído mais do que algumas centenas de exemplares.

As dificuldades económicas experimentadas pelos editores e a ausência de apoios financeiros sólidos, por parte dos meios ingleses daquela cidade, terão provocado a morte prematura de um projecto editorial válido, sustentado com entusiasmo por um pequeno núcleo de colaboradores.

A fraca longevidade e efemeridade não foram, contudo, exclusivo de *The Lusitanian*, pois a generalidade das publicações estrangeiras então surgidas em Portugal parece inevitavelmente ter padecido da mesma enfermidade.

O motivo, que, em primeiro lugar, nos oferece uma resposta relativamente lógica, se bem que parcial, para tal fenómeno, reside no número bastante reduzido de cidadãos britânicos que então habitavam o nosso país, dispersos geograficamente por diversas localidades.

Por outro lado, sabemos que a língua inglesa estava ainda pouco divulgada no nosso país, não sendo nem falada nem compreendida pela esmagadora maioria da população, nem mesmo pela classe média ou pela elite social e intelectual do tempo. Aqueles que então falavam o inglês seriam, em princípio, portugueses, que, por motivos diversos, — perseguições políticas, missões diplomáticas, razões profissionais, etc. — haviam tido a

oportunidade de residir, durante períodos relativamente longos na Grã-Bretanha.

Entre os literatos e intelectuais portugueses do Romantismo poucos foram aqueles que demonstraram dominar a língua inglesa, pois, como se sabe, a maior parte das traduções de autores britânicos era então efectuada a partir de versões francesas das suas obras, que circulavam no nosso país.

Na verdade, o número de potenciais leitores dos periódicos “ingleses” era, desde logo, muito reduzido. Como veremos, todo e qualquer projecto jornalístico em língua inglesa estava por isso, à partida, condenado ao fracasso, vítima de uma forte concorrência da imprensa periódica britânica e da sua congénere portuguesa.

Contudo, outros tantos motivos igualmente válidos poderão ter também concorrido para o seu fracasso. As baixas tiragens, bem como as taxas sobre o papel e os portes de correio então aplicados pelo Estado Português à imprensa periódica, no intuito de limitar a sua expansão, encareciam inevitavelmente o preço de capa, tornando a sua leitura ainda menos apetecível a um público já de si diminuto.

Para além de tais considerações interessa-nos, todavia, em primeira instância, expor os motivos que determinaram a escolha da revista *The Lusitanian* como *corpus* literário ao qual pretendemos dedicar o nosso estudo.

A postura pretensamente imparcial dos editores, a independência ideológica advogada, bem como o princípio de neutralidade que norteava o seu posicionamento face à situação interna portuguesa tornam *The Lusitanian* uma publicação original, no âmbito dos periódicos ingleses publicados no nosso país e, de um modo geral, dos órgãos de imprensa em língua estrangeira surgidos, ao longo do século passado, em Portugal.

Estes últimos, ao longo dos seus percursos mais ou menos efémeros, não passaram, na sua esmagadora maioria, de órgãos oficiosos das autoridades britânicas ou francesas ou, pelo contrário, de difusores das posições e dos interesses do próprio governo português junto das comunidades estrangeiras sediadas no nosso país.

Por seu turno, a generalidade dos raros periódicos de cariz literário (excepção feita a *The Lusitanian*) pretendeu, no fundamental, divulgar em Portugal os modelos literários e culturais do Romantismo europeu, sobretudo os autores francófonos.

Apesar do seu reduzido âmbito e limitado impacte, a existência de uma imprensa em língua inglesa no Portugal oitocentista,

com continuidade no nosso século, é um reflexo directo da importância económica, política e social da comunidade britânica no nosso país, bem como do interesse geoestratégico de que este se revestia para a Grã-Bretanha.

No entanto, de todos os periódicos em língua inglesa publicados no século passado em Portugal, *The Lusitanian* foi, na verdade, o único de natureza literária e a colocar como principal objectivo a divulgação da cultura portuguesa. Trata-se, assim, de um caso único e exemplar, já que os restantes periódicos anglófonos eram, sobretudo, jornais de “grande informação”, limitando-se, na maioria dos casos, a abordar questões políticas e económicas que dominavam o panorama social de então, com particular destaque para as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha. Incluía geralmente noticiário nacional e internacional (recorrendo à simples tradução de artigos saídos anteriormente em jornais portugueses e estrangeiros, mas quase sempre reproduzidos com algum atraso), notícias relativas às sessões legislativas das Cortes e referências inevitáveis à vida política britânica. A par das questões do âmbito socio-político, o noticiário económico ocupava sempre um largo espaço, sobretudo as cotações das bolsas de valores e as informações relativas ao trânsito de navios nacionais e estrangeiros. Alguns, entre os quais destacaremos *The Financial and Mercantile Gazette* (1877-1882), procuraram esporadicamente alargar a sua esfera de acção ao domínio da cultura, incluindo alguns folhetins e principalmente recensões críticas. Porém, os assuntos de âmbito literário e cultural eram sempre relegados para um plano bastante secundário, por divergirem, no essencial, da linha editorial dessas publicações, fundamentalmente vocacionadas para a abordagem de questões políticas e económicas.

Importa todavia recordar que a publicação de periódicos em língua inglesa por núcleos ou colónias de cidadãos britânicos sediados no estrangeiro, quer por motivos comerciais quer ainda por razões turísticas, foi algo de comum ao longo de todo o século passado, constituindo um fenómeno que se intensificaria sobretudo durante a Época Vitoriana. O lançamento de periódicos naquele idioma ocorreria um pouco por toda a Europa Meridional e Mediterrânica, nuns casos em locais que constituía para os ingleses uma fonte de inequívoco interesse económico, noutros ainda em regiões que atraíam regularmente numerosos viajantes, que as percorriam em busca dos vestígios de um passado histórico longínquo, do pitoresco, do simples repouso, ou até mesmo da cura para algumas enfermidades. Assim acon-

tecia no nosso país, mas igualmente no Sul de França (nomeadamente em Menton e Cannes), na Itália (Riviera, Florença, Roma), em Espanha, na Argélia e no Egipto <sup>14</sup>.

Contudo, tais publicações, quase sempre redigidas e editadas por ingleses <sup>15</sup> e tendo como principal destinatário os seus compatriotas, eram, na sua esmagadora maioria, de natureza puramente política ou restringiam o seu âmbito temático a questões de interesse meramente local, destinando-se, na generalidade, a veicular todo o tipo de informação necessária ao bem estar quotidiano e ao conforto dos turistas britânicos. Estes mesmos periódicos serviam noutros casos de autêntico elo de ligação entre os ingleses expatriados e a metrópole, mantendo-os informados dos últimos sucessos aí ocorridos, em locais onde, por vezes, os jornais e revistas britânicos chegavam com grande atraso ou, simplesmente, não se encontravam à venda. O objetivo destas publicações era, noutros casos ainda, favorecer a coesão entre os diferentes membros de uma determinada comunidade ou colónia inglesa, unindo e aproximando ainda mais indivíduos que, por razões culturais, tendiam já naturalmente para o gregarismo; fenómeno que se reflectia na criação ou organização de instituições próprias e totalmente autónomas em relação à nação em que se encontravam sediados.

Deste modo, poderemos, até certo ponto, considerar que o lançamento de periódicos na sua própria língua, no estrangeiro, constituía um hábito predominantemente britânico, que reflectia, em primeiro lugar, uma necessidade intrínseca, por parte dos ingleses, de transportarem consigo, para onde quer que se deslocassem, os seus hábitos, as suas tradições, mas simultaneamente, um evidente apego aos pequenos confortos do quotidiano, no país de origem, e uma notória dificuldade de integração em contextos culturais que lhes eram alheios.

Não nos sendo possível numa simples comunicação adiantar pormenores sobre *The Lusitanian* e os seus editores, limitar-nos-emos, contudo, a registar que uma das características mais interessantes da publicação em análise é a hibridez. Queremos com isto dizer que ela apresenta traços que nos remetem, em simultâneo, para os modelos então correntes em Portugal e na Grã-Bretanha, no domínio do periodismo literário.

---

<sup>14</sup> Veja-se a este propósito a obra de John Pemble, *The Mediterranean Passion, Victorians and Edwardians in the South*, Oxford, Oxford University Press, 1987, part I, cap. II, pp. 41,45 e 49.

<sup>15</sup> Mas redigidos, noutros casos, em língua inglesa, por cidadãos de outras nacionalidades.

Assim, se por um lado, os seus editores produziram aquilo que, a vários níveis — nomeadamente dos conteúdos, do aspecto material e até do numero de páginas —, se aproxima do chamado *literary monthly magazine* ou miscelânea literária mensal<sup>16</sup>, será forçoso recordar que o objectivo da revista era falar de Portugal, e os próprios temas escolhidos foram, em muitos casos, inspirados na literatura portuguesa da época. Dois exemplos que, de imediato, nos pareceram um claro indicador dessa tendência foram os folhetins “An Episode in the Life of Don Sebastian of Portugal”<sup>17</sup> e “The Jew’s Revenge”<sup>18</sup>, que abordam, respectivamente, o tema de D. Sebastião e o da perseguição inquisitorial aos cristãos-novos, no reinado de D. João III, então versados por inúmeros autores portugueses, glosados em prosa e em verso e frequentemente tratados nas páginas das revistas literárias nacionais.

Por outro lado, entre os autores traduzidos em *The Lusitanian* figura também Lamartine, poeta que fez furor entre os românticos portugueses, principalmente a partir das décadas de 40 e 50, com o Ultra-Romantismo, e que foi amplamente divulgado pela nossa imprensa periódica. Também os poetas portugueses e estrangeiros referenciados e citados no periódico são, em muitos casos, aqueles que então alcançavam maior popularidade no nosso país. Esta atitude poderá, até certo ponto, indiciar a ausência de uma sólida formação literária e constituir prova de um fraco conhecimento das correntes e princípios estéticos então dominantes no panorama das letras europeias. Talvez assim se possa explicar uma tão clara permeabilidade aos frágeis modelos literários portugueses, com frequência mero resultado de uma

---

<sup>16</sup> Este subgénero do periodismo literário é definido nos seguintes termos por Naomi Jacobs, “Periodicals: Monthly Magazines”, in Sally Mitchell; Michael Herr (eds.), *Victorian Britain an Encyclopedia*, Chicago and London, St. James Press, 1988, pp. 590-591:

“The monthly magazines that provided entertainment and instruction for middle and upper-class Victorians were miscellaneous including fiction, poetry, and articles, on subjects such as travel, current affairs, biography, and science, with the proportion of fiction increasing as the century aged. Individually they had relatively small circulations, rarely more than 15,000, but as a group, they would eventually claim some 450,000 subscribers and literary and cultural influence disproportionate to their share of the reading market. At their height monthly magazines published the best writing of the era: the fiction of Dickens, Thackeray, Trollope, Eliot, Gaskell, Collins, Hardy, and Henry James; the poetry of Tennyson, the Brownings, Meredith and Swinburne; and the essays of Arnold, Ruskin, Symonds, Leslie Stephen, and Pater.

<sup>17</sup> *The Lusitanian*, Porto, Tipografia da Revista, n° 3, Jan. 1845, pp. 33-47.

<sup>18</sup> *Ibidem*, n° 4, March 1845, pp. 107-118; April 1845, pp. 219-229; June 1845, pp. 273-281.

tardia, muito parcial e confusa assimilação dos modelos estéticos e literários do Romantismo europeu.

O carácter híbrido de *The Lusitanian* acaba por se tornar um dos aspectos mais interessantes do periódico e que mais claramente reflecte a própria situação dos seus editores e colaboradores, cidadãos britânicos residentes em Portugal, país onde permaneceram longos períodos e que necessariamente os marcou.

Nessa medida, a dualidade da publicação em estudo teria ficado a dever-se simultaneamente a um conhecimento profundo dos diversos géneros em que se subdividira e organizara o periodismo britânico vitoriano e a um prolongado contacto com os modelos do jornalismo literário português e com os temas nele versados.

Foi certamente através da leitura de periódicos portugueses da época que estes autores britânicos colheram uma boa parte da informação que manifestamente possuíam sobre o nosso país. Isto a par de um contacto directo com a sociedade portuguesa e eventualmente com uma parte da sua elite intelectual, já que o Porto foi um dos pólos dinamizadores do nosso Romantismo, cuja importância se viria a acentuar a partir de meados dos anos 40 e ao longo da década de 50. Por outro lado, o facto de estes autores terem residido apenas a tempo parcial no Porto, passando longas temporadas na Grã-Bretanha, não oferece por si só uma explicação cabal para o conhecimento profundo que possuíam do periodismo britânico, pois é sabido que grande número de jornais e revistas ingleses era regularmente assinado por membros da comunidade britânica daquela cidade e pela própria "Feitoria", em cuja biblioteca figuram os principais títulos da imprensa periódica inglesa de então<sup>19</sup>.

Produto de uma influência conjunta e simultânea do periodismo britânico e da imprensa portuguesa de meados do século XIX, a revista em estudo poderá ser classificada como autenticamente "anglo-portuguesa". Assim, não obstante se encontrar mais próxima dos modelos ingleses, em termos de uma tipologia dos géneros e subgéneros do jornalismo britânico da época, ela é, como atrás dissemos, portuguesa a nível da escolha de temas, dos motivos e dos conteúdos em geral.

Se esta característica a transforma num aliciante objecto de análise, o facto de um dos objectivos colocados à partida pelos editores ser a tentativa de aproximação entre as comunidades

---

<sup>19</sup> John Delaforce, *The Factory House of Oporto*, 2<sup>nd</sup>. ed., London, Christie's Wine Publications, 1983 (1<sup>st</sup>. ed. 1979), cap. XII, pp. 64-65.

britânica e portuguesa da cidade, exortando-as a uma colaboração conjunta num projecto que pretendeu ser, até certo ponto, intercultural, conduziu-nos inevitavelmente a reconhecer a importância e a novidade de que se revestia e à decisão de emprender o seu estudo<sup>20</sup>.

O aspecto que mais surpreende na revista é a variedade de temas nela abordados, tendo em consideração o seu curto período de existência (cerca de 9 meses). Mas não menos surpreendente é o facto de este periódico ter vindo a abordar a globalidade das temáticas habitualmente integradas no âmbito “anglo-português”. *The Lusitanian* reúne, pela primeira vez na história da literatura inglesa e numa só publicação, toda a série de temas portugueses, que, desde os séculos XVI e XVII, nalgumas épocas de forma esporádica, noutras de modo sistemático, despertou atenções e esforços de poetas, literatos e intelectuais britânicos.

Os velhos mitos nacionais portugueses, cuja divulgação em Inglaterra havia, ao longo de séculos, contribuído para a sedimentação no imaginário britânico de uma determinada visão de Portugal, são aqui retomados enquanto temas literários. Entre outros destacaremos naturalmente D. Sebastião, Inês de Castro e Luís de Camões. A par destes surgem agora outros, cuja presença é determinada pela própria evolução histórica da nação portuguesa e das relações luso-britânicas. Neste âmbito, o caso paradigmático parece-nos ser o do rei D. Pedro IV, objecto de várias composições poéticas de natureza elegíaca ou encomiástica.

Igualmente a considerar, no contexto de uma apreciação geral dos temas abordados no periódico, são vários momentos da História de Portugal, que, pelo seu carácter determinante na evolução da sociedade portuguesa e noutros casos, pelo papel fundamental que a Grã-Bretanha neles desempenhou, não poderiam deixar de atrair este núcleo de literatos ingleses do Porto. Citaremos, a título de exemplo, por um lado, o reinado de D. João III, o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e a conseqüente perseguição movida aos cristãos-novos e, a outro nível, episódios históricos cronologicamente mais recentes, como a Guerra Peninsular, as lutas liberais e a instauração definitiva da monarquia constitucional em 1834.

Importa a este propósito destacar, ainda que sumariamente, que a citada influência exercida pelo Romantismo português em

---

<sup>20</sup> V. João Paulo Ascenso Pereira da Silva, “Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto: *The Lusitanian* (1844-1845)”, dissertação de Doutoramento inédita, Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1998.

*The Lusitanian* e a aparente recepção de alguns dos seus modelos pelos colaboradores, parcialmente efectuada por via da leitura da imprensa lusitana do tempo, se faz sobretudo sentir no tratamento de determinadas figuras históricas portuguesas, que faziam parte integrante dos nossos mitos de decadência e regeneração — uma das maiores obsessões da nossa intelectualidade romântica. Recorremos neste caso a um conceito apresentado e desenvolvido por Álvaro Manuel Machado em *Les Romantismes au Portugal, Modèles Étrangers et Orientations Nationales*<sup>21</sup>, mas que nos ajudou, de algum modo, a compreender o caso específico da sua abordagem em *The Lusitanian* e a razão para a sua ocorrência nesta revista inglesa.

Esta dicotomia constituiu, sem dúvida, uma das preocupações centrais do nosso Romantismo e afinal de toda a sociedade portuguesa oitocentista, que, aos mais variados níveis — cultural, social, político e económico —, procurava desesperadamente romper com séculos de decadência, repressão e obscurantismo e reconquistar o brilho, a opulência e a influência perdidas nos finais de Quinhentos e jamais recuperadas nos séculos seguintes, na ausência de líderes carismáticos e visionários que resgatassem a nação do estado de letargia e abatimento moral em que havia mergulhado.

Essas personagens míticas, que se inscrevem totalmente nessa dicotomia decadência/regeneração (encarnando quer um, quer outro destes princípios) recebem nas páginas de *The Lusitanian* um tratamento análogo àquele de que eram objecto em Portugal, nesse mesmo período. São elas o poeta Luís de Camões (tal como foi representado e entendido pelo Romantismo), personagens messiânicas como D. Sebastião, o Marquês de Pombal (a que se alude apenas muito brevemente numa das recensões publicadas no periódico) e D. Pedro IV. A este conjunto de figuras míticas haverá finalmente a acrescentar a personagem-tipo do judeu-português, alvo da sanha persecutória do Santo-Ofício.

Todas elas são, na verdade, figuras-chave, essenciais para uma correcta compreensão dos destinos de Portugal e da sua evolução histórica até à Época Contemporânea e que aparecem, assás curiosamente, agrupadas num conjunto e numa sequência à qual parece, até certo ponto, subjazer uma certa lógica. Elas

---

<sup>21</sup> Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986, Livro I, cap. III, pp. 119, 131, 137, 157-158; Livro II, cap. V, pp. 203-204, 205, 211; cap. VI, pp. 224, 228-229; cap. VII, pp. 262-265, 266; cap. VIII, pp. 285-286, 287, 290, 291; Livro IV, "Conclusion", pp. 632-633, 636-637.

terão encarnado, nuns casos a esperança na vinda de uma nova era de prosperidade em tudo semelhante à mítica Idade de Ouro do Portugal Medieval e Renascentista, e, noutros ainda, a própria fase de degenerescência que se lhe seguiu e da qual o país só muito recentemente parecia querer despertar.

Tratando-se de uma miscelânea literária mensal, que segue, em larga medida, um modelo jornalístico próximo dos *literary monthly magazines*, que proliferaram no periodismo britânico, durante a Época Romântica e grande parte da Era Vitoriana, é óbvio que os seus conteúdos serão de natureza amplamente ecléctica, contendo textos de teor predominantemente literário e abrangendo géneros tão distintos e variados quanto a poesia (compreendendo traduções de textos em português ou noutros idiomas para inglês e originais nesta última língua), a ficção (incluindo o folhetim, o conto e a narrativa satírica seriada), a literatura de viagens, a ensaística e a revista de livros. A estes cinco géneros correspondem outras tantas secções que se mantêm ao longo dos seis números da revista ou pelo menos na sua maioria.

Contudo, em toda a breve história do periódico o género mais versado pelos seus colaboradores foi inequivocamente a literatura de viagens. Ao percorrer as páginas do periódico, até mesmo o leitor que dele possua um conhecimento meramente superficial, fruto da sua apreciação sumária, se apercebe, de imediato, da importância alcançada por este género literário no contexto da publicação em estudo, dada a profusão de relatos deste tipo nela publicados.

Tal impressão, colhida no primeiro contacto com a revista, seria amplamente confirmada através do levantamento estatístico do número de páginas respectivamente atribuído à literatura de viagens, através do qual constatámos que aproximadamente 40% do total da paginação fora dedicada pelos editores a este género, facto que o colocava, desde logo, numa posição cimeira no confronto com os restantes, nenhum dos quais atingia, nem de longe, tal número.

A explicação para uma tão significativa desproporção poderá ser, de algum modo, encontrada nos próprios objectivos traçados *a priori* pelos editores, no primeiro número da revista, onde se atribui, desde logo, grande destaque àquele género e se demonstra uma particular apetência pela publicação de relatos de viagem alusivos a Portugal e às suas colónias:

“We shall publish notes of tours made in various parts of the country.

We purpose therefore to give accounts of her history, her antiquities, and her many valuable productions both above and beneath the soil; also all information we can collect regarding her African Colonies of which so little is known to the world in general, and her many other dependencies. [...]

We are particularly anxious to collect all notes of tours and journies [sic] made in the country, whether of many weeks or of a single day, and we beg those who possess such to forward them to us, as also voyages to any part of the globe, reminiscences of interesting events and of noted persons. We shall particularly value any contributions regarding commerce, etc. etc.

We earnestly beg that no one will hesitate to send us contributions through feeling themselves unaccustomed to English composition. It is substance and sterling information we require, and no class of persons are so able to afford it as mercantile men, for they have the means of gaining, not only that regarding the country in which they reside, but through their correspondents, from various parts of the world.”<sup>22</sup>

Na óptica dos seus editores, *The Lusitanian* acabaria, no fundamental, por constituir um periódico eminentemente destinado a servir de meio a uma correcta divulgação e descrição de Portugal e a publicar todo o tipo de informação do eventual interesse dos cidadãos britânicos que pretendessem visitar o país, nomeadamente através de relatos de viagem, “descrições de lugares”, notas e *sketches*. Daqui se poderá depreender que, em larga medida, o objectivo central da revista seria globalmente semelhante ao das narrativas de viagem — esclarecer e elucidar o estrangeiro acerca do país visitado e de uma realidade que lhe é alheia. É exactamente neste sentido que se pronuncia William Henry Giles Kingston, o mais prolífico e assíduo colaborador do periódico e um dos seus prováveis editores, num trecho do relato de viagem *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*:

“The Lusitanian, a magazine in English started for the purpose of describing Portugal correctly, and of publishing all the information which may be useful to Englishmen visiting the Country. A few numbers only have yet

---

<sup>22</sup> *Op. cit.*, n.º. 1, Oct. 1844, pp. 4-5, 6.

appeared, containing some interesting tours, translations from Portuguese poetry, and descriptions of places, etc.”<sup>23</sup>

Importa, ainda, recordar que o propósito dos editores era, acima de tudo, descrever a realidade portuguesa com imparcialidade e exactidão, objectivos que a maioria dos viajantes contemporâneos e anteriores (excepção feita a autores tão conhecidos como Murphy, Southey, o *Earl of Carnarvon* ou *Lady Jackson*) não conseguiram de modo algum alcançar. Contudo, esse desejo de rigor e justeza era obviamente utópico e inatingível, tendo em conta que o relato de viagem não é, na maioria dos casos, um género puramente documental e que o autor-viajante não se limita a efectuar uma descrição fotográfica dos locais percorridos. A narrativa de viagem não fornece, deste modo, uma mera imagem especular da realidade contemplada, mas, pelo contrário, uma visão entre muitas outras. Nela se procede, afinal, a uma representação subjectiva dos factos, transfigurando-os ou, se quisermos, ficcionalizando-os.

Existem obviamente diferentes graus de subjectividade na caracterização do Outro, proporcionais ao próprio grau de literariedade patenteado pelo texto. No entanto, todas as narrativas de viagem deverão à partida ser entendidas na sua relatividade, não podendo ser tomadas como verdade absoluta, mas, pelo contrário, como uma interpretação possível da realidade<sup>24</sup>.

Os relatos de viagem publicados no periódico constituem, no seu conjunto, um elemento fundamental para a obtenção de uma imagem do país visitado, permitindo nomeadamente compreender que visão possuía este grupo de cidadãos britânicos da nação que os acolhera e do seu povo. A apreciação globalmente efectuada destas narrativas, nas suas mais variadas vertentes, permite constatar que a visão nelas transmitida do país visitado é manifestamente favorável, reflectindo o tratamento da maioria dos assuntos nelas focados uma postura de invulgar abertura, quer em relação a Portugal, enquanto nação, quer ainda em relação aos seus habitantes.

Este conjunto de narrativas revela, por outro lado, um conhecimento extraordinariamente vasto da sociedade e da cultura portuguesas, por parte dos seus autores, só possível entre personalidades que haviam residido durante períodos de tempo

---

<sup>23</sup> *Op. cit.*, 2 vols., London, John W. Parker, 1845, Vol. I, Sketch XVI, p. 313.

<sup>24</sup> Álvaro Manuel Machado, Daniel-Henri Pageaux, *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, Lisboa, “Col. Signos”, n.º 46, Edições 70, 1988, cap. II, pp. 34-35.

consideráveis no nosso país e que, acima de tudo, conheciam profundamente a nossa língua e as nossas tradições.

O quadro genericamente traçado pelos nossos autores da realidade nacional, pelo seu carácter amplo e extraordinariamente diversificado, transforma-o, finalmente, num dos mais completos retratos do Portugal oitocentista jamais elaborado no âmbito da literatura de viagens britânica daquele período.

A postura dos nossos viajantes alterna entre um posicionamento de indiscutível abertura, genericamente assumido no tratamento da maioria dos temas relacionados com o nosso país, e fases de um forte etnocentrismo (ou, se quisermos, anglocentrismo), sempre que os interesses económicos, políticos ou estratégicos da Grã-Bretanha se encontravam em jogo. Assim, se, por um lado, estes homens manifestam uma inequívoca atracção pelo país que os adoptara e acolhera, com o qual mantêm uma forte ligação afectiva, que os conduz por vezes a atitudes próximas do bairrismo, verificamos, por outro, que os nossos autores não deixaram de se assumir como cidadãos britânicos, permanecendo umbilicalmente ligados à matriz cultural inglesa, no seio da qual se formaram.

Toda a visão transmitida do Portugal oitocentista pelos relatos de viagem publicados no periódico assume, deste modo, um carácter dúplice, alternando entre um indisfarçável fascínio sentido pelo país visitado, nos seus mais variados aspectos (paisagístico, etnográfico, artístico e histórico) e uma liminar rejeição de alguns dos traços mais chocantes da realidade portuguesa — a corrupção e a incompetência política, algumas práticas religiosas consideradas excessivas, o abandono a que alguns dos grandes projectos, que inequivocamente contribuiriam para uma efectiva regeneração do país, haviam sido votados.

Diremos, em último lugar, que nesta visão do país se entrecrocavam duas perspectivas antitéticas da realidade nacional: por um lado uma representação mítica do passado histórico nacional, muito particularmente do Portugal medieval, e, por outro, uma imagem realista (e por vezes crua) da sociedade portuguesa, em meados do século XIX, em si mesmo geradora de sentimentos e pulsões de ordem muito diversa e, em muitos casos, contraditória.

Tomando como ponto de referência o caso português e, sobretudo, na sua globalidade, as publicações em língua inglesa editadas, ao longo do século passado, em Portugal, somos levados a considerar terem sido raros os periódicos de natureza exclusivamente literária ou cultural publicados por cidadãos britânicos expatriados. *The Lusitanian* terá constituído, neste âmbito, um caso verdadeiramente excepcional, por fugir, em

larga medida, ao tradicional etnocentrismo inglês, abrindo-se ao meio e à nação que constituía, na prática, a segunda pátria dos seus editores e colaboradores. Trata-se, deste modo, de um periódico de cunho eminentemente híbrido e dual, verdadeira encruzilhada de influências culturais bem distintas, que concorrem para lhe conferir um carácter poliédrico e multiforme.

Ao longo da curta existência da revista os seus editores revelariam uma rara tolerância em relação às nossas tradições e valores e uma extraordinária capacidade de aceitação do Outro e da sua identidade cultural. Aparentavam finalmente uma sede quase inesgotável de conhecimento em relação ao país que habitavam, manifestando uma vontade inquebrantável de descobrir uma realidade que, em larga medida, ignoravam e sobretudo, o desejo inequívoco de aprofundar o diálogo com a população com quem na realidade conviviam diariamente. Propunham-se, nessa medida, colher e publicar toda a informação disponível sobre os costumes, o quotidiano, a arte, a história, as letras, as antiguidades portuguesas e aquilo que globalmente designaremos por vestígios do passado histórico nacional.

De facto, embora os editores e colaboradores da revista estivessem longe de poder ser considerados indivíduos aculturados, assumem na maior parte dos seus escritos um ponto de vista lusófilo e não lusófobo. Na verdade, tanto uns como outros parecem ter ambicionado ser mais do que simples membros da comunidade britânica residente no Porto, por sentirem uma forte ligação afectiva com a cidade em que viviam ou haviam nascido e a sua região envolvente. Terão, deste modo, desejado ser considerados parte integrante da própria comunidade portuense, na qual se encontravam fortemente enraizadas as suas famílias, por via de uma secular permanência no local.

Essa proposta de abertura e o claro propósito de criação de um projecto de natureza intercultural não chegaria, contudo, a ser plenamente concretizado. Como vimos, os nossos autores mostram-se na prática incapazes de se libertar por completo do seu estatuto de cidadãos britânicos e de se integrar em absoluto no contexto cultural português, já que alguns aspectos da nossa realidade os chocavam e repeliam. Da sua relação com a sociedade portuguesa transparecem, deste modo, sentimentos algo contraditórios de atracção e repulsa, cuja coexistência se reflecte sobretudo na paradoxal alternância entre manifestações de inequívoca abertura e a postura altiva, distanciada e algo etnocêntrica pontualmente assumida por determinados colaboradores, na sua apreciação crítica da nossa sociedade.

Este tipo de atitude poderá, até certo ponto, explicar a incapacidade demonstrada pelos editores em atrair cidadãos portugueses a colaborar nas páginas do periódico e em transformá-lo num veículo de intercâmbio social, cultural e literário, isto é, num autêntico elo de ligação, que favorecesse a comunicação e a aproximação entre duas comunidades que partilhavam um mesmo espaço geográfico, mas procediam, na prática, como se habitassem nações diferentes.

Viriam, contudo, até certo ponto, a provar que os ingleses sediados no Porto não estavam exclusivamente vocacionados para a actividade comercial e financeira, revelando interesses de natureza cultural e rompendo, deste modo, com a imagem tradicional da comunidade britânica daquela cidade, a que os historiadores nos habituaram e com a qual os próprios cidadãos ingleses sempre se conformaram. Chegariam, nomeadamente, a demonstrar que entre os seus compatriotas existiam alguns talentos literários e indivíduos com inegável vocação artística. Não conseguiriam, porém, tal como pretendiam, despertar a comunidade britânica, no seu todo, de uma aparente apatia cultural, através de um projecto jornalístico algo provocatório e inovador.

Entre os motivos que terão conduzido ao desaparecimento abrupto da revista citaremos, em primeiro lugar, o regresso prematuro à Grã-Bretanha daquele que foi o seu mais prolífico, imaginativo e multifacetado colaborador — William Henry Giles Kingston. Este facto, aliado ao carácter excessivamente ambicioso do projecto e à decisão de incluir um número invulgarmente elevado de páginas em cada edição, terá contribuído para um esgotamento prematuro dos trabalhos passíveis de publicação em *The Lusitanian*. Essa dimensão exagerada de cada fascículo encarecia inevitavelmente o preço de capa e os custos editoriais, limitando necessariamente a tiragem e o número de hipotéticos leitores.

Caso a revista tivesse sobrevivido por mais alguns anos, é provável que se tivesse vindo a transformar numa espécie de porta-voz da comunidade britânica do Porto, fazendo ecoar as suas posições e defendendo os seus interesses corporativos. É igualmente possível que, em tais circunstâncias, o objectivo de permuta cultural e de aproximação e promoção do diálogo entre ingleses e portuenses se tivesse, até certo ponto, cumprido.

A efectiva concretização do projecto inicialmente traçado pelos editores de *The Lusitanian* ter-nos-ia, com alguma probabilidade, proporcionado algumas interessantes surpresas, ao promover uma divulgação mais ampla de versões inglesas de textos portugueses e, em particular, por via da obtenção de uma

eventual colaboração por parte dos nossos poetas, nomeadamente de alguns dos românticos portuenses, recebendo uma influência ainda mais significativa dos nossos círculos intelectuais e oferecendo-lhes, em contrapartida, alguma contribuição literária. Tais circunstâncias teriam certamente aberto caminho a um processo de intercâmbio e permuta literária até então desconhecido no nosso país.

Muito embora nos tenhamos esforçado por efectuar um estudo correcto e rigoroso da revista, recorrendo a todos os meios ao nosso dispor, nomeadamente ao maior número possível de fontes documentais, obras de referência e estudos críticos, estamos plenamente conscientes de que o nosso trabalho constitui uma proposta de leitura entre outras, igualmente possíveis e válidas. *The Lusitanian* constitui, na verdade, um fascinante objecto de análise, que está ainda longe de se ter esgotado enquanto centro de interesse e fonte de descobertas. Podemos por isso dizer que esta fase da nossa investigação nos deixou a vontade de algum dia poder empreender novo estudo.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **a) Activa**

*The Lusitanian*, 1 — 6, Porto, Tipografia da Revista, 1844 — 1845.

DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa, Cenas da Vida do Porto*, Porto, Livraria Civilização — Editora, 1971.

KINGSTON, William Henry Giles, *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, 2 vols., John W. Parker, 1845.

ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.

### **b) Passiva**

BRADFORD, Sarah, *The Story of Port, The Englishman's Wine*, new and revised edition, Christie's Wine Publications, 1983 (1<sup>st</sup>. ed., Macmillan and Co. Ltd., 1969).

BRUNEL, Pierre; PICHOS, Claude; ROUSSEAU, André-Michel, *Qu'est que la Littérature Comparée?*, Paris, "Collection U", Armand Colin, 1983.

COELHO, Maria Teresa Pinto, *Apocalipse e Regeneração, o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, "Cosmos Literatura", n.º. 13, Edições Cosmos, 1996.

DELAFORCE, John, *The Factory House of Oporto*, 2<sup>nd</sup>. ed., London, Christie's Wine Publications, 1983 (1<sup>st</sup>. ed., 1979).

FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal, Estudo de Factos Socioculturais*, 2<sup>a</sup>. ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1993 (1<sup>a</sup>. ed., 1974).

- GUILLEN, Claudio, *Entre lo Uno y lo Diverso, Introducción a la Literatura Comparada*, Barcelona, "Filologia", n.º. 14, Editorial Critica, Grupo Editorial Grijalbo, 1985.
- JACOBS, Naomi, "Periodicals: Monthly Magazines", in Sally Mitchell; Michael Herr (eds.), *Victorian Britain, an Encyclopedia*, Chicago and London, St. James Press, 1988, pp. 590-595.
- JOST, François, *Introduction to Comparative Literature*, Indianapolis and New York, Pegasus, A Division of the Bobbs-Merrill Company, 1974.
- LISBOA, Eugénio (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Vol. II, Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura (org.), Publicações Europa-América, 1990.
- MACAULAY, Rose, *They Went to Portugal*, 2<sup>nd</sup>. ed., Harmondsworth, "Penguin Travel Library", Penguin Books, 1985 (1<sup>st</sup>. ed., Jonathan Cape, 1946).
- MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, Daniel-Henri, *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, Lisboa, "Col. Signos", n.º. 46, Edições 70, 1988.
- , *Les Romantismes au Portugal, Modèles Étrangers et Orientations Nationales*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.
- PAGEAUX, Daniel-Henri, *La Littérature Générale et Comparée*, Paris, "Collection Cursus", série "Littérature", Armand Colin Éditeur, 1994.
- PEMBLE, John, *The Mediterranean Passion, Victorians and Edwardians in the South*, Oxford, O.U.P., 1987.
- PERES, Damião; CRUZ, António (dirs.), *História da Cidade do Porto*, 3 vols., Porto, Portucalense Editora, 1962-1965.
- PRAWER, S.S., *Comparative Literary Studies, An Introduction*, London, Gerald Duckworth and Co., 1973.
- RAMOS, Luís de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto Editora, 1994.
- REIS, António do Carmo, *A Imprensa do Porto Romântico (1836-1850), Cartismo e Setembrismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- REBELO, Luís Francisco, "Influência Inglesa na Literatura Portuguesa", in Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, 3<sup>a</sup>. ed., Porto, Figueirinhas, 1983, 2<sup>o</sup>. vol. (F/M), p. 486.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, "Coleção Métodos", n.º 26, Editorial Presença, 1988.
- SILVA, João Paulo A. Pereira da, «Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto: *The Lusitanian* (1844-1845)», Lisboa, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- TIEGHEM, Paul Van, *La Littérature Comparée*, Paris, Librairie Armand Colin, 1931.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal, Séculos XIX e XX*, Vol. I (*A História Através da História*), Lisboa, Temas e Debates, 1998.